

Número 33 – 27 de Fevereiro de 2023

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>

Os novos distritos eleitos parecer-se-iam com municípios ou com províncias?

Será que os distritos eleitos teriam algum poder? Os municípios têm o poder de estabelecer o seu próprio plano e orçamento, podem cobrar impostos e podem emitir regulamentos locais conhecidos como "posturas". As províncias não têm nenhum desses poderes. Limitam-se a administrar planos e orçamentos estabelecidos pelo governo central, em Maputo, com dinheiro fornecido por Maputo.

No jargão administrativo, os municípios têm poderes "descentralizados", enquanto as províncias têm apenas autoridade administrativa "desconcentrada". A descentralização envolve uma verdadeira transferência de poder para os eleitores e para os funcionários locais. A desconcentração envolve apenas a transferência para o nível local da administração que recebe instruções vindas de cima. Os governadores provinciais podem ser eleitos, mas continuam a executar instruções de Maputo, enquanto os presidentes de conselhos municipais eleitos têm o poder real.

A constituição e o acordo entre o Governo e a Renamo não estabelecem o modelo para os distritos eleitos. Serão eles descentralizados, com poder orçamental e fiscal como os municípios? Ou irão manter o sistema actual, onde se limitam a administrar directivas enviadas a partir de Maputo?

Onde os municípios são bem geridos, os presidentes tornam-se populares e tornam-se em um sério desafio para aqueles que estão no topo. No seio dos seus partidos, tornam-se um potencial desafio para os seus próprios líderes partidários. Um presidente popular da oposição aumenta a popularidade do seu partido nas eleições. Aconteceu com Daviz Simango na Beira, primeiro, como membro da Renamo e depois como do MDM.

Em muitos países há um debate sobre a descentralização municipal e os conflitos entre líderes locais e nacionais são evidentes. Em 1986, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher aboliu o Conselho da Grande Londres, dirigido pela oposição, e a capital foi gerida pelo governo central até 2000.

No entanto, embora a desconcentração não ofereça qualquer poder, ela permite o patrocínio. Alguns contratos e empregos são atribuídos localmente, e muitas vezes são atribuídos a membros do partido governante local. Também, em Moçambique, as eleições proporcionam muitos empregos ao partido vencedor, com casas, carros e outros privilégios aos membros do partido eleito - incluindo dinheiro e outros

privilégios para os membros da assembleia eleita. No sistema moçambicano, os distritos eleitos serão caros, de qualquer forma, porque muitas pessoas adicionais estão a ser pagas.

Assim, a oposição insistirá em assembleias e distritos eleitos porque isso criará empregos e contratos para os membros do partido, pelo menos em alguns distritos.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Joseph Hanlon</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Liliana Mangove</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr.º 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Parceiro:

